

Desejos, memórias e velhices.

*Cláudio Travassos Delicato.

Resumo: A imediatidade do mundo contemporâneo, abundante em informações instantâneas, pode dificultar a reflexão sobre o passado e nossa capacidade de recordar. A perda de memórias, a dificuldade do indivíduo se narrar e a possível perda de identidades podem ser relacionadas à “modernidade” como expressão da maior importância do “novo” em detrimento do “passado” que não mais interage com o “presente”. Se a História tem como papel fundamental a contínua reconstrução do passado interagindo com o presente, a memória é um elemento básico dessa relação. É central à aproximação entre História e Memória a questão da narrativa e, portanto, é elementar a importância da valorização das “lembranças” como objeto de estudo e dos conceitos de “memória” e “identidade”.

Palavras-chave: História, memória, identidade.

Abstract: The immediateness of contemporary world, abundant in instant information, can make it difficult the reflection about the past and our capacity to remember. The loss of memories, the difficulty of the individual to narrate himself and the possible loss of identities can be related to “modernity” as expression of greater importance of the “new” in detriment of the “past” which no longer interacts with the “present”. If History has a fundamental role the continuous reconstruction of the past interacting with the present, the memory is a basic element in this relationship. It is central to the approximation between History and Memory the question of narrative and, consequently, it is elementary the importance of the valorization of remembrances as object of study and of the concepts of “memory” and “identity”.

Keywords: History, memory, identity.

Em uma recente entrevista, o linguista e escritor italiano Umberto Eco, 76 anos, disse:

“Não acredito na felicidade. (...) Acredito apenas na inquietude. Ou seja, nunca estou feliz por completo – sempre preciso fazer outra coisa. Mas admito que na vida existam felicidades que duram dez segundos ou meia hora. (...) Mas são momentos muito breves. Alguém que é feliz a vida toda é um cretino. Por isso, antes de ser feliz, prefiro ser inquieto” (CRUZ, 2008: 4-6).

O fim da “inquietude”, da capacidade de continuar desejando poderia ser um indicativo da velhice no sentido pejorativo que a palavra assume quando o referencial é o

* Doutorando do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da FFC – Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus Marília. Bolsista CAPES. Orientação: Doutora Lídia Maria Vianna Possas. Membro do Grupo de Pesquisa CNPq “Cultura e Gênero” UNESP – Marília.

frescor da juventude e a aparência física. Mas se fisicamente, aparentemente, a velhice é um marco da distância em relação à juventude, Umberto Eco as aproxima quando diz:

“Algo de muito bonito que ocorre ao envelhecermos é que nos recordamos de uma multidão de coisas da infância que tinham sido esquecidas. (...) Por isso vou ao encontro de minha velhice com muito otimismo, porque, quanto mais envelheço, mais recordações tenho de minha infância” (IDEM).

Se inicialmente podemos associar memória curta com senilidade avançada, teríamos atualmente a possibilidade de relacionarmos a falta de memória ao novo. Segundo Eco, o mundo contemporâneo com a quase infinita quantidade de informações sobre o presente não permite aos indivíduos a reflexão sobre o passado. A “abundância de informação irrelevante, a dificuldade em selecioná-la e a perda de memória do passado” seriam problemas da atualidade que afetariam as pessoas naquilo que teríamos de mais fundamental durante nossas trajetórias de vida, a capacidade de recordar. O intelectual italiano completa: “A memória é nossa identidade, nossa alma. (...) Se você bate a cabeça em algum lugar e perde a memória, converte-se num vegetal. Se a memória é a alma, diminuir muito a memória é diminuir muito a alma” (IDEM).

Oliver Sacks, psiquiatra norte-americano, respondendo a questão “o que é um homem normal” diz que “um homem normal talvez seja aquele que é capaz de contar a sua própria história. Ele sabe de onde vem (tem uma origem, um passado, uma memória em ordem), sabe onde está (sua identidade) e acredita saber aonde vai (ele tem projetos e a morte no fim). Portanto, ele se situa no movimento de um relato, ele é uma história e ele pode se narrar” (Apud, CARRIÈRE, 2004: 11). A imediatidade do mundo contemporâneo, questionada por Umberto Eco, e seus desdobramentos como a possível perda de memórias e consequentemente de identidades e, portanto, dificuldade do indivíduo se narrar, podem ser relacionadas à entrada da humanidade na “modernidade”, que segundo Giddens, “refere-se a estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que ulteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência” (1991: 11). A modernidade teve que reinventar tradições e romper com a tradição genuína, isto é, aqueles valores radicalmente vinculados ao passado pré-moderno. A tradição seria como uma “cola que une ordens sociais pré-modernas e envolve de, alguma forma, controle do tempo”. Seria uma orientação para o passado, de tal forma que o passado tem uma grande influência ou é constituído para ter uma pesada influência para o presente. A modernidade, neste sentido, expressa descontinuidade, a ruptura entre o que se apresenta como o “novo” e o que persiste

como herança do “velho”. “A modernidade, pode-se dizer, rompe o referencial protetor da pequena comunidade e da tradição, substituindo-as por organizações muito maiores e impessoais” (IDEM), o indivíduo se sente privado e só num mundo em que lhe falta o apoio psicológico e o sentimento de segurança oferecido em ambientes mais tradicionais.

Memória e identidade são relacionadas a lembranças, que podem ser contadas facilmente quando mantemos nossa capacidade de narrar, no sentido de historiar. São elas que permitem, quase sempre, iniciar uma conversa, dividir opiniões, chorar e/ou rir com amigos, familiares e até mesmo com alguém que acabamos de conhecer. Outras, porém, guardadas em recônditos mais escuros de nossa memória, parcialmente esquecidas, só aparecem quando iluminadas por um lampejo forte. Despertar lembranças, além de estimular a memória, pode nos ajudar a refletir sobre a sensação de solidão que Giddens diz acompanhar a “modernidade”.

Se a “modernidade” trouxe o “mal-estar da civilização” e o sentimento de desconforto, frente ao rompimento com estruturas sociais tradicionais, trouxe também a possibilidade de reflexão, pois nada é absoluto em razão das novas alternativas que as ciências apresentam. A questão é de assumir uma posição, que não será única. O conhecimento facetado, múltiplo, implicaria em:

“políticas e epistemologias de alocação, posicionamento e situação nas quais parcialidade e não universalidade é a condição de ser ouvido nas propostas a fazer de conhecimento racional. São propostas a respeito da vida das pessoas; a visão desde um corpo, sempre um corpo complexo, contraditório, estruturante e estruturado, versus a visão de cima, de lugar nenhum, do simplismo” (HARAWAY, 1995: 31).

Assim como se pode relacionar a velhice ao fim dos desejos e das inquietudes, para a ciência a verdade absoluta seria como ficar velha, pois se perderia a excitação do porvir. A verdade é provisória se a perspectiva é a de que todo descobrimento é um breve momento que será sucedido por outros, como os momentos felizes que Umberto Eco suscitou. Dessa forma, não há conhecimento envelhecido quando construído sob racionalidade posicionada. O conhecimento tem historicidade e corresponde a perspectivas parciais que em dados momentos foram legitimadas como “discursos”, conjuntos de pressupostos, preconceitos e tendências, que estruturam e delimitam o pensamento de qualquer época em particular. Segundo Foucault, por exemplo, não devemos “imaginar que o mundo nos apresenta uma face legível que teríamos de decifrar apenas; ele não é cúmplice de nosso conhecimento; não há providência pré-discursiva que o disponha a nosso favor” (1996: 21), não devemos temer o “zumbido incessante e desordenado do discurso” e sim analisá-lo questionando nossa vontade

de verdade; restituindo ao discurso seu caráter de acontecimento; suspendendo, enfim, a soberania do signifiante (IDEM: 20).

Foucault comenta que a História, praticada sem se desviar dos acontecimentos, estreitando-os ao extremo, considerando particularidades “para além das batalhas, dos decretos, das dinastias ou das assembléias” consegue desenhar fenômenos maciços de alcance secular ou plurissecular e

“alarga sem cessar o campo dos mesmos; neles descobre, sem cessar, novas camadas, mais superficiais ou mais profundas; isola sempre novos conjuntos onde eles são, às vezes, densos e intercambiáveis, às vezes, raros e decisivos: das variações cotidianas de preço chega-se às inflações seculares. Mas o importante é que a história não considera um elemento sem definir a série de que ele faz parte, sem especificar o modo de análise da qual esta depende, sem procurar conhecer a regularidade dos fenômenos e os limites de probabilidade de sua emergência, sem interrogar-se sobre as variações, as inflexões e a configuração da curva, sem querer determinar as condições das quais dependem. Certamente a História há muito tempo não procura mais compreender os acontecimentos por um jogo de causas e efeitos na unidade informe de um grande devir, vagamente homogêneo ou rigidamente hierarquizado; mas não, é para reencontrar estruturas anteriores, estranhas, hostis ao acontecimento. É para estabelecer as séries diversas, entrecruzadas, divergentes muitas vezes, mas não autônomas, que permitem circunscrever o ‘lugar’ do acontecimento, as margens de sua contingência, as condições de sua aparição” (IDEM: 22).

A construção de uma “genealogia” dos acontecimentos por meio de entrecruzamentos que circunscrevam as condições de sua aparição sem aprisioná-los em esquemas rígidos, considerando sempre uma racionalidade posicionada, é uma tarefa que se aproxima da noção de História como “ciência do passado, com a condição de saber que este passado se torna objeto da história, por uma reconstrução incessantemente reposta em causa” de forma a manter uma interação com o presente que pode ser chamada de “função social do passado”; o passado seria organizado em função do presente (LE GOFF, 2003: 26).

Se a História tem como papel fundamental a contínua reconstrução do passado interagindo com o presente, a memória é um elemento básico dessa relação. Uma definição comum de memória seria a faculdade de reter idéias, impressões e conhecimentos adquiridos anteriormente, ou lembrança, reminiscência, recordação. De qualquer forma, grosso modo, relacionamos memória ao passado. Para Le Goff, “a memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” e embora a memória ligada às ciências humanas “se ocupe mais da memória coletiva que das memórias individuais” é importante situar que o estudo da memória envolve ciências como a “psicologia, a psicofisiologia, a neurofisiologia, a biologia e, quanto às

perturbações da memória, das quais a amnésia é a principal, a psiquiatria” e alguns pontos estudados por essas ciências podem fazer aparecer “traços e problemas da memória histórica e da memória social” (IDEM: 419-420).

Portanto, se perder a memória pode ser sinal de senilidade, em uma visão do senso comum, ou característica do mundo contemporâneo que afeta principalmente os mais jovens, sob a ótica de um intelectual renomado, são questões abertas em ramos científicos aparentemente díspares, mas que se interligam a partir de uma visão mais ampla sobre o assunto. Le Goff diz que perturbações da memória, como a amnésia, por exemplo, “é não só uma perturbação no indivíduo, que envolve perturbações mais ou menos graves da presença da personalidade, mas também a falta ou a perda, voluntária ou involuntária, da memória coletiva nos povos e nas nações, que pode determinar perturbações graves da identidade coletiva” (IDEM: 421).

A memória coletiva, como “o que fica do passado no vivido dos grupos, ou o que os grupos fazem do passado”, é construída em bases orais e ou escritas, e não necessariamente tem alguma preocupação com exatidão. O importante é a dimensão narrativa que, inicialmente no caso das orais, garante por meio de “mitos de origem”, “genealogias” e “magia religiosa”, respectivamente interesses relativos à “identidade coletiva do grupo”, ao “prestígio das famílias dominantes” e ao “saber técnico” (IDEM: 427). A memória embasada na oralidade valoriza os velhos, vistos com “homens-memória”. A escrita produz uma transformação da memória coletiva permitindo o registro documental e o monumento como formas de perpetuação e uma importância maior à técnica de registro independentemente do narrador. De qualquer forma, Le Goff conclui que a “memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje” e para entender a memória, é preciso entender a história do memorizar, pois a “memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens” (IDEM: 469-471).

A aproximação entre memória e história é enfatizada por François Dosse, que inicialmente mostra como a separação efetuada, entre outros, por Maurice Halbwachs - sociólogo durkheimiano que colocava ao lado da memória “tudo aquilo que flutua, o concreto, o vivido, o múltiplo, o sagrado, a imagem, o afeto, o mágico, enquanto a história se caracterizava por seu caráter exclusivamente crítico, conceitual, problemático e laicizante”, fez parecer que só se conceberia a história a partir do ponto onde se acabasse a memória

(DOSSE, 2004: 169-170). Com esse viés, história assume uma postura de “objetividade absoluta, da não-implicação do sujeito-historiador, da simples transcrição daquilo que foi no plano puramente factual”, para Halbwachs só poderíamos apreender a totalidade dos acontecimentos passados “desligando-os da memória dos grupos que os conservam na lembrança” (IDEM: 171). Segundo Dosse, estudos recentes de “história social da memória” mostram que a “oposição canônica entre história e memória não é pertinente” e que o “estudo da memória ajudou a disciplina histórica a se voltar para si própria”. Cita um trabalho do historiador Georges Duby, sobre a “batalha de Bouvines” como emblemático, pois não se limita a uma restituição do que aconteceu em “27 de julho de 1214”, mostra como esse dia é tratado como “acontecimento” por causa de “seus sinais”:

“A lembrança tão distante de Bouvines só pôde ser contada a partir do momento em que foi preservada incluída na consciência coletiva. As metamorfoses dessa memória tornam-se então objeto de história da mesma maneira que a efetividade do acontecimento em seus estreitos temporais. O estudo dos jogos da memória e do esquecimento dos sinais revela como ‘a percepção do fato vivido se propaga em ondas sucessivas’” (IDEM: 178).

O historiador trabalharia com mediações entre o ocorrido e suas apropriações durante o tempo, dando “prevalência à parte interpretativa da história”, sem perder seu caráter metódico, de uma forma definida assim por Pierre Nora:

“O caminho está aberto para uma história totalmente diferente: não mais os determinantes, mas seus efeitos; não mais as ações memorizadas nem sequer comemoradas, mas o sinal dessas ações e o jogo dessas comemorações; não os acontecimentos por si sós, mas suas construções no tempo, o apagamento e o ressurgimento de suas significações; não o passado como aconteceu, mas seus sucessivos reempregos; não a tradição, mas a maneira como ela se constituiu e se transmitiu” (Apud, IDEM: 180).

Caberia, portanto, ao historiador dar sentido às memórias e esquecimentos, lembrando que a memória é uma interação entre “apagamento” e “conservação” e, como a história, “um modo de seleção no passado, uma construção intelectual, e não um fluxo externo ao pensamento” (IDEM: 183).

É central à aproximação entre História e Memória a questão da narrativa. Em um texto de 1936, “O Narrador – Observações sobre a obra de Nikolai Leskov”, Walter Benjamin, grosso modo, expõe algo que segundo ele está morrendo, a experiência vivida, e por meio da análise de algumas obras de Nikolai Leskov procura argumentar sobre a morte da narrativa. Benjamin escreve “O Narrador” em meio a uma série de trabalhos em que estão presentes a idéia de “aura” e sua perda no momento em que as multidões urbanas ficam tão densas que as pessoas, os passantes, não mais retribuem o olhar alheio. O período em que vive e escreve é marcado por revoluções e duas guerras “mundiais” com envolvimento direto da Alemanha,

onde nasceu, e reflexos terríveis sobre os judeus, origem de sua família. Benjamin transita pela Europa dividida pelas guerras que definitivamente marcam a modernidade e suas mudanças, dentre elas a extinção da narrativa. A “morte da narrativa” indicava, para ele, a perda da capacidade dos indivíduos trocarem experiências e a “guerra de trincheiras”, que expôs “uma geração que ainda fora à escola num bonde puxado por cavalos” ao “ar livre numa paisagem em que nada permanecera inalterado, exceto as nuvens”, emudeceu a sociedade. A informação jornalística cresceu, mas não tinha nada em comum com “uma experiência transmitida de boca em boca” e para Benjamin as melhores narrativas escritas seriam aquelas que menos se distinguem das histórias orais contadas “pelos inúmeros narradores anônimos” exemplificados em dois “grupos que se interpenetram” nas figuras do “camponês sedentário” e do “marinheiro comerciante”, representativos respectivamente do “saber do passado” e do “saber das terras distantes”. A “modernidade” rompe com formas “tradicionais” de narrativa (de caráter artesanal) e introduz a comunicação abreviada e instantânea. Benjamin fala da informação como nova forma de comunicação, enfatizando a diferença entre jornalismo e literatura, a partir de uma definição de “informação” feita por Villemessant, fundador do jornal francês “Figaro” que evidencia a importância, para o leitor de periódicos, do aqui e agora na informação jornalística (BENJAMIN, 1985: 202). E como aspecto fundamental que caracteriza uma narrativa, Benjamin recorre a Bennet, que em um romance fala de uma pessoa que tinha morrido, mas que “não tinha de fato vivido”, para contrapor um pensamento de Pascal : “ninguém morre tão pobre que não deixe alguma coisa atrás de si” (IDEM: 212). A ênfase do cotidiano na narrativa e o aspecto autoral que todo relato possui são aspectos que chamam a atenção no texto de Walter Benjamin. As contingências da vida não podem se excluídas de um relato, mesmo submersas elas permanecem. É importante não perdermos a acuidade e valorizarmos a “experiência vivida” em todos os seus detalhes.

Partindo da questão inicial, levantada por Umberto Eco que diz que “memória é nossa identidade, nossa alma” e as gerações contemporâneas estão ficando desalmadas , incrementada pela noção de “morte da narrativa” de Walter Benjamin, é fundamental a importância da valorização das “lembranças” como objeto de estudo e conseqüentemente dos conceitos de “memória” e “identidade”. O sentido de “identidade” que Umberto Eco utiliza é muito próximo ao que outro intelectual italiano , Norberto Bobbio , na época com 87 anos definiu:

“O relembrar é uma atividade mental que não exercitamos com frequência porque é desgastante ou embaraçosa. Mas é uma atividade salutar. Na rememoração reencontramos a nós mesmos e a nossa identidade, não obstante os muitos anos transcorridos, os mil fatos vividos. (...) Se o mundo do futuro se abre para a imaginação, mas não nos pertence mais, o mundo do passado é aquele no qual, recorrendo a nossas lembranças, podemos buscar refúgio dentro de nós mesmos, debruçar-nos sobre nós mesmos e nele reconstruir nossa identidade (...)” (Apud, D’ALESSIO, 1998: 278).

Portanto, a “memória individual” pode e deve ser considerada uma fonte de pesquisa, lembrando que ela é interior, inata, subjetiva, pessoal, mas por estar ligada à trama coletiva da existência social pode ser organizada e sistematizada a partir da interpretação metódica, reconstruindo e problematizando algo que materialmente não existe mais. Podemos expandir e elaborar a “memória” recriando o passado no presente, pois o lembrar direciona o olhar e a razão e atualiza a “experiência vivida”, as impressões passadas. Relembrando, mantemos a inquietude e os desejos que alimentam a vida e nesse sentido o prazer de ir ao encontro da velhice torna-se quase infinito quando envelhecer significa ampliar as recordações e se conhecer melhor.

Referências bibliográficas:

- BENJAMIN, Walter. *O Narrador – considerações sobre a obra de Nicolai Leskov*. In: **Obras Escolhidas**. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- CARRIÈRE, Jean-Claude. **O círculo dos mentirosos: contos filosóficos do mundo inteiro**. Tradução de Cláudio Figueiredo. 2ª Ed.. São Paulo, Codex, 2004.
- CRUZ, Juan. O Professor Aloprado. Caderno Mais n. 840, Folha de São Paulo, 11/05/2008, p.4-6.
- D’ALESSIO, Márcia Mansor. *Intervenções da Memória na Historiografia: identidades, subjetividades, fragmentos e poderes*. In: **Revista do Programa de Pós Graduação em História da PUC/SP**, São Paulo, EDUC, n. 17, nov/98, p. 269-315.
- DOSSE, François. **História e Ciências Sociais**. Bauru, EDUSC, 2004.
- FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. São Paulo, Ed. Loyola, 1996.
- GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo, UNESP, 1991.
- HARAWAY, Donna. *Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial*. **Cadernos Pagu**, Campinas/UNICAMP, n. 5, 1995, p. 7-41.
- LE GOFF, J. **História e Memória**. São Paulo, Martins Fontes, 1990.